POBREZA MENSTRUAL: uma questão social e de saúde pública

Lucila Ynes da Ponte Coutinho[1]

Lueli Frank de Fátima Almeida Barbosa Furtado[2]

RESUMO

O presente trabalho é fruto de pesquisa bibliográfica e documental que procura demonstrar, através do método materialismo histórico-dialético, como a precariedade menstrual está estreitamente conectada com problemas estruturais e sociais. Para tanto, analisa de maneira simplicíssima a pobreza enquanto uma expressão da questão social, apresentando a realidade brasileira no que diz respeito à pobreza menstrual e seus impactos, desafios e alternativas, fazendo referência ao atual cenário de pandemia. São examinados dados de documentos e estudos, onde a precariedade menstrual é explorada sob a ótica das políticas públicas, enxergando-a como uma questão social e de saúde pública. Seguidamente, aponta as ações até então implementadas, e investiga o papel de agentes privados. Ao final, a elaboração de políticas públicas adequadas para a garantia da dignidade menstrual.

Palavras-chave: Pobreza; Pobreza Menstrual; Desigualdade Social.

ABSTRACT

The present work is the result of bibliographical and documentary research that seeks to demonstrate, through the historical-dialectical materialism method, how menstrual precariousness is closely connected with structural and social problems. Therefore, it analyzes in a very simple way poverty as an expression of the social issue, presenting the Brazilian reality with regard to menstrual poverty and its impacts, challenges and alternatives, referring to the current pandemic scenario. Data from documents and studies are examined, where menstrual precariousness is explored from the perspective of public policies, seeing it as a social and public health issue. It then points out the actions implemented so far, and investigates the role of private agents. At the end, the elaboration of adequate public policies to guarantee menstrual dignity.

Keywords: Poverty; Menstrual Poverty; Social Inequality.

1 INTRODUÇÃO

[1] Bacharela em Serviço Social pela Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP) – Chapadinha/MA. E-mail: coutinholucila@gmail.com

[2] Bacharela em Serviço Social pela Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP) – Chapadinha/MA. E-mail: lueli.frank520@hotmail.com

A presente proposta intitulada “Pobreza Menstrual: uma questão social e de saúde pública” apresenta como objetivo principal de estudo a análise acerca da discussão em torno da problemática denominada “pobreza menstrual”, um agravante muito difundido recentemente, mas pouco discutido pela sociedade contemporânea.

Levando em consideração a inexistência de dados oficiais acerca da pobreza menstrual no Brasil, o processo de construção deste trabalho se deu por meio do levantamento bibliográfico enquanto importante ferramenta de averiguação teórica, e como complemento a esta metodologia, foi utilizada a pesquisa documental através da síntese de dados empregados no intuito de condensar a discussão.

Com o esforço de assimilar e compreender a realidade social e a dinamicidade das estruturas que perpassam a existência real dos fenômenos, o escopo metodológico do presente trabalho tem por embasamento a teoria social de Marx fundamentada a partir do método chamado por ele de materialismo histórico-dialético[3].

Para contemplar a especificidade estudada, se parte do pressuposto analítico da pobreza enquanto uma expressão da questão social que tem seu acirramento no desenvolvimento do capitalismo, estrutural e excludente na trama contemporânea. Já o seu desenvolvimento contempla a investigação mais aprofundada a respeito da narrativa multidimensional do tema em questão, suas particularidades, características e transversalidades.

Ao nos aproximarmos das questões que reverberam a pobreza menstrual, podemos perceber problemas e impactos gerados àqueles que são acometidos por tamanha precariedade e desigualdade. Ainda mais em tempos precários e sombrios de negação e/ou ocultação de direitos, intermediados pela falta de políticas públicas eficazes e propulsoras.

Em seguida, caracterizaremos quem são essas pessoas, levando em consideração o atual cenário emergente e pandêmico que agravou ainda mais a

[3] “O método materialista histórico-dialético caracteriza-se pelo movimento do pensamento através da materialidade histórica da vida dos homens em sociedade, isto é, trata-se de descobrir (pelo movimento do pensamento) as leis fundamentais que definem a forma organizativa dos homens durante a história da humanidade.” (PIRES, 1997, p.87)

situação. Por fim, pontuaremos acerca dos possíveis caminhos que podem ser trilhados na direção oposta de todas essas mazelas e precarizações, sugestões de como sanar o problema que este artigo se propõe a analisar.

Desse modo, além desta introdução, o trabalho é composto pelos seguintes itens: A pobreza menstrual enquanto expressão da questão social; POBREZA MENSTRUAL: um problema multidimensional; A pandemia e o acirramento das desigualdades sociais; A efetividade no combate à pobreza menstrual no Brasil.

2 A Pobreza enquanto expressão da questão social

Neste item abordaremos a pobreza a partir do olhar da questão social[4], entendendo-a como uma categoria hegemônica, estrutural e intrínseca ao desenvolvimento do capitalismo na particularidade brasileira.

É certo, porém, que a pobreza é um fenômeno antigo, que antecede o presente modo de produção, contudo, vale apresentá-la a partir da forma mais difundida e aceita, principalmente tratando da particularidade brasileira, considerando-a pelo viés contraditório da sociedade capitalista.

> O sistema capitalista é um sistema estrutural e irremediavelmente desigual: supõe a “exploração” de uma classe por outra; apropriação pelo capitalista do valor produzido pelo trabalhador; subalternização das massas pelo comando econômico/político/ideocultural do capital; expulsão de massa de trabalhadores excedentes ou obsoletos para as necessidades do desenvolvimento e da acumulação capitalistas. (MONTAÑO, 2012, p. 285)

No capitalismo, na mesma medida que a riqueza é gerada, a pobreza também acomete, porém, não a todos, e torna-se inaceitável exatamente por não ser acometida a partir de processos naturais, mas, é uma pobreza gerada e reproduzida

[4] De acordo com Iamamoto e Carvalho (2014, p. 83-84): “A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão.”

incessantemente, gerando ainda várias interfaces, não apenas a escassez de bens e recursos.

> Que se diga claramente: nessa esfera, não há espaço para o humano do ser. Há um ser, um ser que come, bebe, dorme, ama, odeia. Esse ser precisa ser inserido no mercado como produtor e consumidor. Mas o sistema não está particularmente interessado nas condições de (in) dignidade em que coma, beba, durma, ame, odeie. Não está interessado no humano, portanto. (Carvalho, 2018, p. 13).

Diante disso, a pobreza refere-se algum tipo de privação, inclusive social, é parte de um "desenvolvimento" desigual, e vale abordá-la a partir de várias faces, considerando o contexto e sujeitos sociais envolvidos. É a partir dessa perspectiva que tomamos base sobre o que é a pobreza e, abordaremos a seguir uma das faces da pobreza, elucidando os aspectos que fundamentam a pobreza menstrual, analisando-a enquanto um fenômeno multidimensional, apontaremos alguns elementos que a definem, contextualizam e a caracterizam na realidade, primordialmente brasileira.

2.1 Pobreza Menstrual: um problema multidimensional

A pobreza menstrual, diz respeito a situação de vulnerabilidade social e econômica à qual bilhões de pessoas que menstruam[5] estão submetidas por não disponibilizarem de acesso a produtos menstruais e itens de higiene pessoal, além de informações sobre menstruação e acesso adequado à saneamento básico e infraestrutura sanitária.

No podcast chamado "Escuta, Maria Clara" no episódio sobre "O que é pobreza menstrual?", a antropóloga Mirian Goldenberg conta que o termo nasceu na França e pode ser definido como "a falta de acesso não somente a itens básicos de higiene durante o período de menstruação, mas também a falta de

[5] A expressão "pessoas que menstruam" é utilizada para evidenciar que além de meninas e mulheres, homens transexuais e pessoas não binárias também podem menstruar.

informação, dinheiro para comprar um absorvente e, principalmente, falta de apoio".

Segundo relatório divulgado pelo UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) em parceria com o Fundo de Populações das Nações Unidas (UNFPA), intitulado "Pobreza Menstrual no Brasil: desigualdades e violações de direitos", a pobreza menstrual se constitui enquanto um fenômeno complexo, transdisciplinar e multidimensional, caracterizado pela falta de acesso a recursos, infraestrutura e conhecimento que possibilite a plena capacidade de uma pessoa cuidar da sua menstruação.

Apesar de a pobreza menstrual ser um fator social e econômico marcante na sociedade, ela vai muito além da falta de dinheiro para comprar os produtos necessários nesse processo. Ela denuncia um problema global da falta de acesso a políticas públicas que garantam um ciclo saudável e digno à todas as pessoas que menstruam no Brasil e no mundo.

É nessa perspectiva que o fenômeno estudado é considerado como um problema multidimensional, plural, pois é uma questão que ultrapassa, por vezes, as questões econômicas, indo de encontro aos direitos sociais, reprodutivos e até sexuais. É multi porque engloba várias dimensões – econômica, social e cultural – e, exige uma solução multidisciplinar, ou seja, que vise solucionar os problemas decorrentes da não garantia dos direitos humanos de modo a considerar as múltiplas realidades e particularidades em questão.

Segundo o relatório divulgado pelo movimento Livre para Menstruar[6] - Pobreza Menstrual e a Educação de Meninas, 500 milhões de meninas e mulheres não dispõem de instalações adequadas para cuidar de sua higiene menstrual, globalmente falando. No Brasil, cerca de 30% da população menstrua atualmente, ou seja, o equivalente a 60 milhões de meninas e mulheres. Destas, 1,5 milhão vivem em residências sem banheiro e 17% das meninas de até 19 anos não têm acesso à rede geral de distribuição de água.

[6] Livre para Menstruar é um movimento liderado por meninas com o intuito de acabar com a pobreza menstrual no Brasil.

Dessa maneira, compreende-se que parte da população afetada vive em condições de pobreza e situação de vulnerabilidade em contextos urbanos e/ou rurais, sendo incapazes de administrar sua menstruação com dignidade.

Partindo do pressuposto de que a maior parte da população afetada pela pobreza menstrual se encontra, por vezes, em condições de pobreza e/ou vulnerabilidade, excluídas socialmente e impossibilitadas de suprir suas necessidades básicas e fisiológicas; que utilizaremos nessas linhas gerais a categoria vulnerabilidade social para conceituar e caracterizar essa população alvo.

De acordo com o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)[7]:

> Vulnerabilidade social é o conceito que caracteriza a condição dos grupos de indivíduos que estão a margem da sociedade, ou seja, pessoas ou famílias que estão em processo de exclusão social, principalmente por fatores socioeconômicos. [...] Algumas das principais características que marcam o estado de vulnerabilidade social são as condições precárias de moradia e saneamento, os meios de subsistência inexistentes e a ausência de um ambiente familiar, por exemplo.

Nessa perspectiva a pobreza menstrual se apresenta como o retrato da desigualdade social e da marginalização da pobreza, pois apesar de tudo, essa problemática sinaliza uma denúncia referente a desigualdade de gênero, a misoginia e o sexismo impregnados nas raízes da sociedade capitalista, onde tange precariamente sobre a vida das pessoas que estão em situação de rua, desabrigadas, refugiadas e/ou presas.

A situação se agrava mais ainda na particularidade brasileira, em que há uma exacerbada tributação[8] sobre os produtos higiênicos para mulheres, principalmente, itens menstruais, que além de serem vendidos à preços elevados devido ao aumento considerável do custo de fabricação, ainda são estigmatizados como produtos supérfluos.

---

[7] O Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) é um indicador que permite aos governos um detalhamento sobre as condições de vida de todas as camadas socioeconômicas do país, identificando àquelas que se encontram em vulnerabilidade e risco social.

[8] Denomina-se tributação a aplicação de tributos pelos governos, seja sobre a renda, sobre o consumo ou sobre o patrimônio das pessoas físicas ou jurídicas.

Nana Queiroz em sua obra “Presos que menstruam: a brutal vida das mulheres – tratadas como homens – nas prisões brasileiras” (2015), retrata de forma absolutamente realista todas as causalidades danosas as quais as mulheres estão expostas, onde utilizam-se de meios totalmente inadequados para conter a menstruação, a exemplo da utilização de papéis, jornais, retalhos de pano, sacolas plásticas, meias, miolo de pão ou reutilizando absorventes descartáveis.

Quando as pessoas que menstruam não têm o aparato adequado para o manejo saudável da menstruação, como acesso a sanitários seguros, limpos e apropriados, além de insumos higiênicos básicos como água e sabão, e meios apropriados para a absorção do fluxo; elas estão tendo a sua dignidade violada pela falta de acesso a condições que são básicas e inerentes a subsistência humana.

Os efeitos da pobreza menstrual na vida das pessoas que menstruam são alarmantes e podem ocasionar sérios riscos a saúde. O inadequado manejo da menstruação pode gerar desde problemas de alergia e/ou irritação na pele e mucosas, até sérios casos de infecções[9].

Além de todas essas questões físicas, a saúde emocional sofre os reflexos da pobreza menstrual, causando desconfortos e inseguranças emocionais, que podem afetar diretamente no bem-estar e no desenvolvimento das pessoas que menstruam.

A precariedade menstrual é real e pode acarretar sérios danos para a saúde das pessoas que menstruam, levando, no pior dos casos, até a morte. Sérios são os riscos em termos educacionais, considerando que, principalmente meninas, abandonam a escola por conta desse processo que já é dotado de múltiplos preconceitos e empobrecimento. Como os dados do relatório Livre para Menstruar apontam, 7,5 milhões de estudantes menstruam na escola, destas, 213 mil meninas não têm banheiro em condição de uso na escola.

A face da pobreza expressa através dessa problemática evidencia o retrato de um país extremamente desigual, pois suas refrações se particularizam na vida dos sujeitos conforme a singularidade da realidade em que se inserem. É dessa

[9] “(...) infecções urogenitais como a cistite e a candidíase, e até uma condição que pode levar à morte, conhecida como Síndrome do Choque Tóxico”. (UNICEF, p.11)

forma, que para além de tudo, o estudo proposto por este artigo simboliza uma grave denúncia que ultrapassa a questão de saúde indo de encontro com a questão social estigmatizada e aprofundada nas raízes das fontes capitalistas.

Diante dos argumentos expostos acerca da magnitude da problematização do tema proposto neste artigo, prosseguimos para a necessária reflexão das implicâncias ocasionadas pela pandemia no acirramento das desigualdades sociais, no intuito de condensar a discussão, apresentando os impactos e desafios causados em diferentes esferas da sociedade.

2.3 A pandemia e o acirramento das desigualdades sociais

A menstruação é um processo natural, que ocorre com milhões de pessoas no mundo inteiro, o tempo todo. Viver esse momento com acesso a informações e aos insumos necessários, como absorventes, é um direito de toda pessoa que menstrua, inclusive em meio à pandemia do novo coronavírus[10], atual contexto vivenciado e que tem agravado cada vez mais a vida de muitas dessas pessoas.

A pandemia desencadeou impactos significativos na sociedade, além de eclodir uma crise sanitária, também impulsionou uma crise econômica que refletiu diretamente no desemprego ocasionando o aumento da pobreza e da desigualdade, deixando os vulneráveis mais vulneráveis. Nesse contexto, cresce a pobreza menstrual, ao passo que também se expande a mobilização para combatê-la.

Um fenômeno até então desconhecido por muitos, se tornou um dos assuntos amplamente discutidos e repercutidos globalmente, tanto nas redes sociais quanto entre estudiosos(as) e pesquisadores(as) organicamente alinhados com a produção científica.

Durante a pandemia, muitos projetos foram criados e amplificados com o intuito de dar visibilidade ao assunto em pauta, e para além disso, contribuir com o

[10] A COVID-19 é uma doença causada pelo Coronavírus, denominado SARS-CoV-2, que apresenta um aspecto cíclico variando de infecções assintomáticas a quadros mais graves.

alcance da dignidade menstrual através da arrecadação e distribuição de kits de higiene menstrual.

A atual conjuntura contribuiu com a eclosão de um problema estrutural que estava adormecido, pois além de tudo, o fenômeno em questão envolve os corpos, principalmente de mulheres, que por vezes são desvalorizados e estigmatizados pelo sistema patriarcal maçante da sociedade.

A disseminação da pandemia gerou graves crises em todos os setores do país sem precedentes na história recente. O sistema de saúde viveu um dos maiores colapsos já constatados. Os impactos econômicos foram expressos pelo relevante número de pessoas que ficaram desempregadas, a depender de auxílios do governo, o que influencia diretamente no agravamento da pobreza e da exclusão social.

Os impactos pandêmicos além de serem danosos, também são estruturais externalizados socialmente com indícios do aumento do índice de pobreza, da desigualdade, do trabalho infantil – que se tornou um altíssimo agravante nesses últimos tempos, sem contar com o aumento da violência em diferentes âmbitos.

A partir desta breve fundamentação teórica, importante na contextualização em questão, onde evidência a precariedade menstrual que vai de encontro com tais acirramentos gerados pela pandemia, é que nos debruçamos acerca das ações desenvolvidas no intuito de combater a pobreza menstrual na particularidade brasileira, assim como ilustra o próximo item deste artigo.

2.4 A efetividade no combate à pobreza menstrual no Brasil

A contemporaneidade brasileira é marcada pelas cíclicas crises do capital, que percorrendo o caminho inverso conquistado arduamente pela classe trabalhadora através da implementação de políticas públicas, vivência a fase da redução dos direitos sociais – principalmente na atual conjuntura de pandemia –, impactando efetivamente a vida daqueles que estão à margem da sociedade.

Esse episódio conhecido como desresponsabilização da política social é acarretado pelo crescimento da demanda social em conjunto com a expansão da pobreza e do desemprego, aprofundados na sociedade. Isso não significa uma ausência das políticas sociais, o que ocorreu foi o fatídico cenário delas serem apropriadas pela lógica da hegemonia neoliberal[11], onde preceitua a privatização, focalização, seletividade e descentralização das políticas sociais, tencionando o estabelecido no artigo 6º da Constituição Federal de 1988[12].

As autoras Elaine Behring e Ivanete Boschetti observam tal movimento como um entrave à implementação de políticas públicas. Para elas:

> (...) a tendência geral tem sido a de restrição e redução de direitos, sob o argumento da crise fiscal do Estado, transformando as políticas sociais — a depender da correlação de forças entre as classes sociais e segmentos de classe e do grau de consolidação da democracia e da política social nos países — em ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos mais perversos da crise. As possibilidades preventivas e até eventualmente redistributivas tornam-se mais limitadas, prevalecendo o já referido trinômio articulado do ideário neoliberal para as políticas sociais, qual seja: a privatização, a focalização e a descentralização (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 156).

De acordo com o que se expõe nessas entrelinhas, a pontualidade de tais seguranças que deveriam ser garantidas acabam ficando apenas no campo das ideias e da parcialidade. Isso pode ser evidenciado através da elevada taxação de tributos que é cobrada sobre os produtos higiênicos, preferencialmente destinados ao público feminino.

Ocasionalmente, a tributação dos absorventes higiênicos no Brasil alcança a taxa dos 25%, apesar da alíquota para o Imposto sobre os Produtos Industrializados (IPI) ser zero, mesmo não sendo definitiva e podendo ser alterada pelo Poder Executivo. Essas pontualidades demonstram o quanto o poder público não contribui

[11] O neoliberalismo surgiu logo após a Segunda Guerra Mundial, como uma reação teórica ao Estado intervencionista e de bem-estar (...). (ANDERSON, 1995)

[12] São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

para a garantia da dignidade humana e efetivação do previsto na lei fundamental brasileira.

É inegável que há certa resistência por parte do governo quanto as políticas públicas que propicie a igualdade entre os gêneros, isso é demonstrado através da incidência dos tributos juntamente com a indisponibilidade desses produtos no rol dos itens que compõem uma cesta básica, por exemplo.

É diante dessas circunstâncias que o estado de direitos não é consolidado na prática, o descaso do governo se sobrepõe aos princípios que regem a dignidade humana comprometendo o bem-estar de grande parte dos atores sociais. Diante disso, são necessárias ações que possam ir de encontro com a omissão governamental e estatal, ultrapassando e contrapondo todo o descaso e negligência.

A superação da pobreza menstrual tem se traduzido em diferentes Projetos de Lei, visando um bem comum: a distribuição de absorventes higiênicos de maneira gratuita para as pessoas que menstruam em diferentes realidades.

Em 2019, a Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro, aprovou a Lei nº 6.603 que prevê a distribuição gratuita de absorventes nas escolas que constituem a rede municipal de ensino. Nesse mesmo ano, a deputada Marília Arraes (PT-PE) apresentou um Projeto de Lei com o intuito de criar um Programa de Fornecimento de Absorventes Higiênicos nas escolas públicas, projeto este que foi aprovado por unanimidade na Câmara dos Deputados, apesar de ainda tramitar no Senado, já significa uma vitória para a causa.

Em 2020, através da Lei nº 8.924/2020, o absorvente higiênico feminino passou a ser incluído no rol dos itens que integram a cesta básica no estado do Rio de Janeiro. No Maranhão existe um Projeto de Lei com este mesmo objetivo.

Em Minas Gerais, a proposta é ofertar os absorventes higiênicos tanto nas escolas públicas, quanto nas unidades básicas de saúde, abrigos e unidades prisionais em âmbito estadual. A sugestão da deputada Tábata Amaral (PDT-SP) é distribuir esses produtos em espaços públicos.

Vale destacar que em dezembro de 2020 foi publicada pelo Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), a recomendação nº 21 que trata da criação

de um marco legal para superar a pobreza menstrual e a garantia de isenções dos impostos relacionados a estes produtos, levando em consideração os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a igualdade de gênero, o empoderamento feminino, saúde e bem-estar, os projetos de lei outrora referenciado, além de diversos documentos, pesquisas e estudos que pontuam os índices de mulheres que se encontram em situação de pobreza menstrual.

Dito isto, cabe ainda ressaltar todo o esforço encenado pela sociedade civil e pelos agentes privados, através das organizações sociais, que ainda são a principal forma de combater a pobreza menstrual.

Os projetos “Deixa Fluir”, idealizado por estudantes cearenses; POR ELAS, pensando e realizando ações para mulheres em São Luís – MA; e, Mulher por Elas, por exemplo, arrecadam e distribuem produtos de higiene direcionados a mulheres que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Já o projeto Absorvidas é uma iniciativa que tem o intuito de levar conhecimento sobre o ciclo menstrual e promover o acesso a produtos de higiene, como absorventes e papel higiênico para mulheres em penitenciárias.

Com o mesmo objetivo, algumas empresas de produtos de higiene menstrual se comprometeram em ajudar no combate à pobreza menstrual. A Always Brasil lançou uma campanha intitulada #MeninaAjudaMenina, com o objetivo de distribuir até 1 milhão de absorventes para meninas e mulheres em situação de vulnerabilidade social, com a promessa de doar um absorvente na compra de um pacote da marca.

Nesse mesmo ritmo, a marca Pantys anuncia doar uma calcinha absorvente para mulheres em situação de pobreza menstrual. A marca Korui – Ciclos de Vida, juntamente com o projeto socioambiental Raízes Desenvolvimento Sustentável, criaram o projeto “Dona do Meu Fluxo!”, com o objetivo de doar um coletor menstrual a cada dez vendidos.

A precariedade menstrual reverbera em todo o mundo e se tornou importante ferramenta de luta e combate de grandes movimentos conhecidos mundialmente,

como por exemplo, a organização Plan International[13] e o movimento Girl Up[14], iniciativas que reivindicam pela igualdade entre os gêneros e por maior dignidade menstrual entre as pessoas que menstruam.

Os tempos são receosos em fundamentais setores da sociedade brasileira impactados pela pandemia que se alastrou alarmantemente, pondo em xeque todas as questões estruturais e sistêmicas que são intrínsecas às raízes capitalistas que repercutem nesse país latino-americano.

Ações como as mencionadas não são suficientes para garantir que todas as pessoas que menstruam tenham dignidade durante os seus ciclos e períodos menstruais, mas são uma forma de minimizar tamanha precariedade e impunidade por parte do Estado que prega uma política segregacionista e misógina através de ações que não vão de encontro com o bem-estar da maioria.

3 CONCLUSÃO

A pobreza menstrual é um universo de perguntas, ainda, sem respostas, é por isso que trabalhamos na expectativa de encorajar a produção de conhecimento sobre o tema.

É urgente discutir meios eficazes de garantir a saúde menstrual, com a construção de políticas públicas que de fato abarquem todas as pessoas que necessitam – meninas, mulheres, meninos trans e pessoas não binárias que menstruam. Que o absorvente seja reconhecido como um item fundamental e necessário na composição de uma cesta básica, e para além disso, que seja distribuído gratuitamente.

Faz se necessário ainda que a educação seja abrangente e desconstruída, sem paradigmas e que propiciem a disseminação de conhecimento para todas as pessoas, autoconhecimento dos seus corpos, do que acontece com eles durante os

[13] A Plan International é uma organização humanitária e de desenvolvimento não governamental e sem fins lucrativos, que promove os direitos das crianças e a igualdade para as meninas.
[14] O Girl Up foi fundado pela Fundação das Nações Unidas em 2010 e segue trabalhando junto a uma comunidade global de parceiros para alcançar a igualdade de gênero em todo o mundo.

ciclos menstruais, as melhores formas de lidar com higiene e segurança, até mesmo para que um simples acontecimento do corpo humano não resulte em agravamentos e perdas no futuro.

Combater a precariedade menstrual é a única maneira de caminhar na direção da igualdade, seja ela de gênero ou social, foi com a missão de quebrar o silêncio, gerar mais conhecimento, aumentar a consciência e mudar as normas sociais negativas, que o dia 28 de maio foi instituído pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como o Dia Internacional da Higiene ou Dignidade Menstrual.

Testificando ainda mais a urgência nessa discussão e nessa luta, vale ressaltar, assim finalizando, que a Organização das Nações Unidas (ONU) considera desde 2014 uma questão de saúde pública e de direitos humanos o acesso à higiene menstrual. Muito mais do que pontuais ações, é necessária uma efetiva garantia, considerando os riscos que uma higiene inadequada pode gerar, assim como a importância de discutir e implementar programas e políticas de forma integrada.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. **Balanço do Neoliberalismo.** In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo:** as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. POLÍTICA SOCIAL: fundamentos e história. – 9. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: < https://bityli.com/bTtAt> Acesso em 23 de agosto de 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n° 6.603, de 03 de junho de 2019.** Disponível em: < https://bityli.com/J9mKq> Acesso em 23 de agosto de 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n° 8924/2020.** Disponível em: <https://bityli.com/voRDD> Acesso em 23 de agosto de 2021.

CANÇADO, Taynara Candida Lopes; Souza, Rayssa Silva de; Cardoso, Cauan Braga da Silva. Trabalhando o conceito de Vulnerabilidade Social. 2014.

CARVALHO, Érica Rios de. **A pobreza como engrenagem e consequência fundamentais do capitalismo:** o ser humano predicado e o capital sujeito. ANAIS – 21ª SEMOC, Salvador, 22 a 26 de outubro de 2018 | ISSN 2448-1858 | 358. Disponível em: < https://bityli.com/BxE0f > Acesso em 31 de agosto de 2021.

CONSELHO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS. **Recomendação nº 21, de 11 de dezembro de 2020.** Disponível em: <https://bityli.com/aMtlX> Acesso em 23 de agosto de 2021.

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA). POBREZA MENSTRUAL NO BRASIL: desigualdades e violações de direitos. 2021.

IAMAMOTO, Marilda V; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41ºEdição. São Paulo: Cortez, 2014.

LIVRE PARA MENSTRUAR. **Pobreza menstrual e a educação de meninas.** Idealizado e realizado por Girl Up, com apoio de Herself Educacional. São Paulo, 2021.

MONTAÑO, Carlos. **Pobreza, "questão social" e seu enfrentamento.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 110, p. 270-287, abr./jun. 2012.

Observatório Socioeconômico de Contagem. ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL. Disponível em: < https://bityli.com/VbLQL> Acesso em: 16 de junho de 2021.

PIRES, Marília Freitas de Campos. **O MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO E A EDUCAÇÃO.** Texto apresentado na mesa-redonda Paradigmas de Interpretação da Realidade e Projetos Pedagógicos organizada pelas disciplinas de Pedagogia Médica e Didática Especial dos Cursos de Pós-graduação da Faculdade de Medicina da UNESP, campus de Botucatu, em agosto de 1996.

QUEIROZ, Nana. **Presos Que Menstruam**. Rio de Janeiro: Record, 2015.